

política industrial

acompanhamento e análise

| AGOSTO 2004 |

23

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministro – Guido Mantega

Secretário-Executivo – Nelson Machado

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Glauco Arbix

Diretora de Estudos Sociais

Anna Maria T. Medeiros Peliano

Diretor de Administração e Finanças

Celso dos Santos Fonseca

Diretor de Cooperação e Desenvolvimento

Luiz Henrique Proença Soares

Diretor de Estudos Regionais e Urbanos

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Diretor de Estudos Setoriais

Mario Sergio Salerno

Diretor de Estudos Macroeconômicos

Paulo Mansur Levy

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Murilo Lôbo

Secretário-Executivo do Comitê Editorial

Marco Aurélio Dias Pires

Boletim de Política Industrial

Diretoria de Estudos Setoriais

O **Boletim de Política Industrial** é uma publicação de responsabilidade do Grupo de Acompanhamento de Política Industrial (Gapi) da Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Ipea, atualmente coordenado por Luiz Dias Bahia.

Colaboradores

André Gustavo Lacerda Skiendziel

Carlos Alvares da Silva Campos Neto

Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar

Frederico Andrade Tomich

Gilberto Hollauer

Ígor Vinicius de Souza Geracy

João Alberto De Negri

Luciana Acioly da Silva

Luiz Dias Bahia

Marília de Barros Santos

Marco Antônio de Sousa Carvalho

Sérvulo Vicente Moreira

Estagiários

Olivier Letouzé Moreira

Raquel Ribeiro de Oliveira

As opiniões emitidas, nesta publicação, são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou o do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 CONJUNTURA DA INDÚSTRIA	5
2 MEDIDAS DE POLÍTICA	16
3 TÓPICOS ESPECIAIS	27

1 CONJUNTURA DA INDÚSTRIA

1.1 Nível de atividade industrial

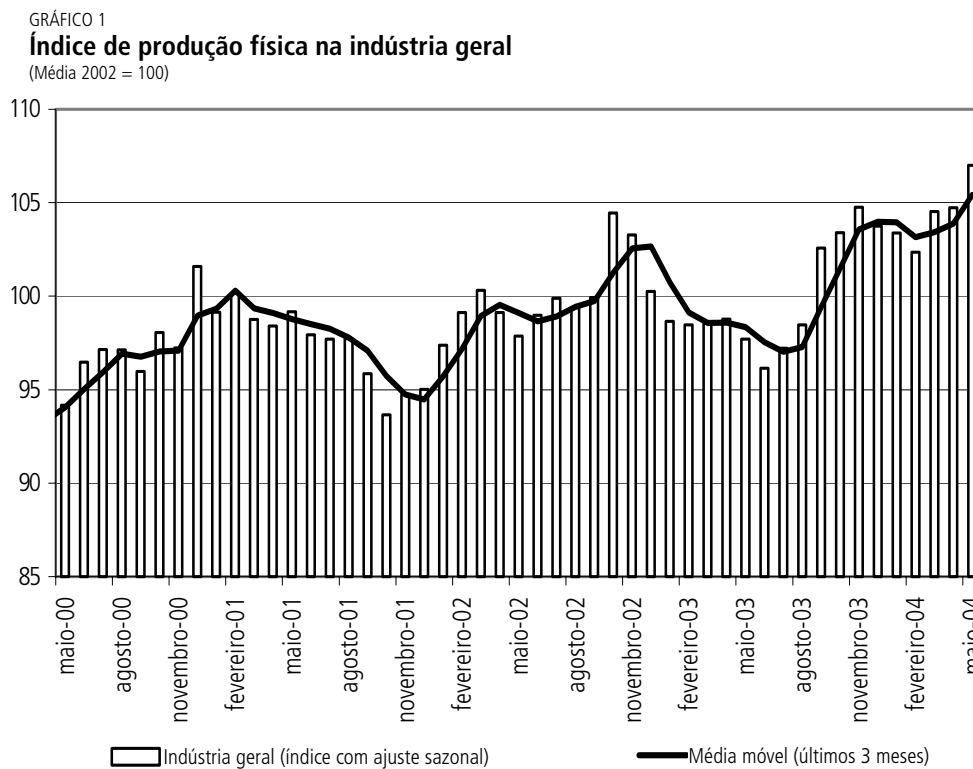
O desempenho da atividade industrial nos primeiros cinco meses de 2004 acena uma trajetória de crescimento progressiva e cada vez mais sustentada no ano, mantendo a retomada do crescimento da produção industrial iniciada na metade final de 2003. O cenário atual, porém, é de um crescimento aparentemente mais equilibrado, uma vez que não só permanece o forte impulso da produção para o mercado externo, mas também existem indicativos de maior aquecimento da demanda interna. Após terem registrado crescimento em março (2,1%) e relativa estabilidade em abril (0,18%), os dados de maio indicam mais um resultado positivo para o índice de produção física na indústria geral, registrando elevação de 2,2% em relação ao mês anterior na série dessazonalizada. Em comparação ao mesmo mês do ano anterior, o resultado de maio de 2004 marcou a nona variação mensal positiva consecutiva nessa base de comparação, registrando considerável crescimento de 7,83%. Não bastasse tal evolução, o nível de produção em maio de 2004 constitui recorde histórico para o mês da série divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que se inicia em 1991.

A idéia de crescimento robusto da produção no ano também sustenta-se na melhora gradual que vem ocorrendo nos indicadores acumulados, tendo sido a produção física acumulada nos cinco primeiros meses do ano 6,5% superior à do mesmo período do ano passado. Vale lembrar que, sob esse comparativo, a taxa de crescimento dos indicadores acumulados vem aumentando desde fevereiro de 2004. A evolução favorável da produção industrial acumulada até maio de 2004 também apresenta perfil generalizado, apresentando crescimento em todas as categorias de uso e em 22 das 26 atividades da indústria de transformação pesquisadas. Por categorias de uso, os melhores desempenhos permanecem concentrados em bens de capital e bens de consumo durável que apresentaram aumento substantivo de 22,5% e 21,5% respectivamente, seguidos pelos setores de bens intermediários (5,18%) e bens de consumo não-duráveis e semiduráveis (1,2%). Quanto às atividades, há destaque para o crescimento mais alavancado nos setores de material eletrônico (35,6%), máquinas para escritório e equipamentos de informática (32,5%), veículos automotores (23,1%) e máquinas e equipamentos (13,5%). Os setores com desempenho negativo foram: indústria farmacêutica (5,1%), calçados e artigos de couro (5,8%), vestuário e acessórios (2,8%) e edição, impressão e reprodução de gravações (1,4%).

Em geral, a recuperação do nível de atividade da indústria em 2004 foi mais forte em setores mais voltados às exportações, ou então, relativos às atividades mais vinculadas ao crédito. Isso deve-se à continuidade do bom desempenho das exportações brasileiras no ano e à melhora nas condições de crédito decorrente da queda nas taxas de juros iniciada em 2003. Nesse âmbito, há destaque para a forte aceleração nas taxas de crescimento da produção física em bens de capital e em bens de consumo durável, que se estende desde o terceiro trimestre de 2003, e para o desempenho favorável de setores industriais voltados à produção de eletrodomésticos, máquinas e equipamentos, automóveis, entre outros. Contrariamente, setores mais dependentes do mercado interno e da evolução da renda têm mantido desempenho inferior, como é o caso dos bens de consumo não-duráveis, ou até mesmo registrado queda nos índices de produção, como os gêneros industriais de calçados, vestuários e farmacêuticos.

Entretanto, parece haver maior dinamismo da demanda interna no ímpeto de impulsionar a economia. Vale lembrar que o índice de produção sazonalmente ajustado no setor de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis apresentou crescimento em abril (0,2%) e maio (1,7%), em comparação com o mês anterior, após ter registrado quedas consecutivas de janeiro a março de 2004. Em relação a igual mês de 2003, também verifica-se uma melhora dos indicadores que se estende de março (8,1%) até maio (0,9%) de 2004.

A evidência de maior impulso do mercado interno à produção industrial também é apoiada pelo melhor desempenho de alguns setores mais relacionados à renda doméstica. Esse é o caso da indústria de perfumaria e produtos de limpeza, que registra incremento no índice de produção física acumulado até maio de 2004 de 7,5%, quando comparado a igual período de 2003, bem como da indústria de alimentos (2,5%), da indústria de bebidas (4,1%) e da indústria têxtil (5,2%). Além disso, o aquecimento do mercado interno em 2004 justifica-se pelos indicadores de comércio, uma vez que o índice de volume de vendas no varejo geral acumulado nos cinco primeiros meses de 2004 cresceu 7,2% em relação a 2003. Por um lado, deve-se mencionar que a intensidade desse crescimento das vendas justifica-se em parte pela forte contração que vigorava no início de 2003, marcado por alta de preços e taxas de juros mais elevadas, o que torna a base de comparação baixa. Contudo, uma perspectiva mais favorável para a evolução do comércio interno sustenta-se no fato de o volume de vendas em abril e maio de 2004 ter se revelado no maior nível desde 2000, ao passo que, em fevereiro e março, já havia apresentado o melhor resultado para os meses desde 2001.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.2 Emprego e folha de pagamento

Ao contrário do que ocorre com os indicadores de nível de atividade industrial, os índices de ocupação em 2004 ainda permanecem inferiores aos do início do ano passado, evidenciando a manutenção de um cenário de reduzida demanda por trabalhadores (queda de 0,3% nos cinco primeiros meses de 2004 quando comparado a igual período de 2003). Em 2004, também confirma-se a tendência, já observada em 2003, de aumento da ocupação na indústria extrativa mineral e queda na indústria de transformação, absorvedora da grande maioria do total de empregos gerados na indústria em geral. De fato, o índice de ocupação acumulado até maio para indústria de transformação cresceu 5,5%, ao passo que caiu 0,5% na indústria de transformação. Em relação à indústria de transformação, os gêneros com melhor desempenho na ocupação acumulada até maio de 2004 comparado ao mesmo período de 2003 foram: fumo (crescimento de 15,9%), máquinas e equipamentos (11,4%), coque e refino de petróleo (7,1%) e metalurgia básica (4,9%). As maiores quedas ficaram por conta da indústria de vestuário (10,7%), minerais não-metálicos (5,4%), papel e gráfica (6,6%) e têxtil (4,7%).

Apesar do cenário ainda tímido de contratações no ano, os indicadores de emprego na indústria para o mês de maio de 2004 apresentaram um resultado mais consistente de crescimento. Após registrar leve melhora na geração de empregos na indústria geral nos três primeiros meses de 2004 e relativa estabilidade em abril (queda de 0,1%), o índice de ocupação livre de influências sazonais da indústria geral atingiu crescimento de 1,5% em maio, em comparação com o mês anterior. Além disso, a ocupação na indústria geral em maio de 2004 apresentou resultado positivo em relação a igual mês de 2003 (crescimento de 0,8%), fato que não ocorria desde março de 2003. Assim, o aumento, na margem, de contratações na indústria, vem impondo uma desaceleração da taxa de queda dos índices acumulados de ocupação que tem caído progressivamente durante o ano (passou de -0,8% em março para -0,3% em maio de 2004).

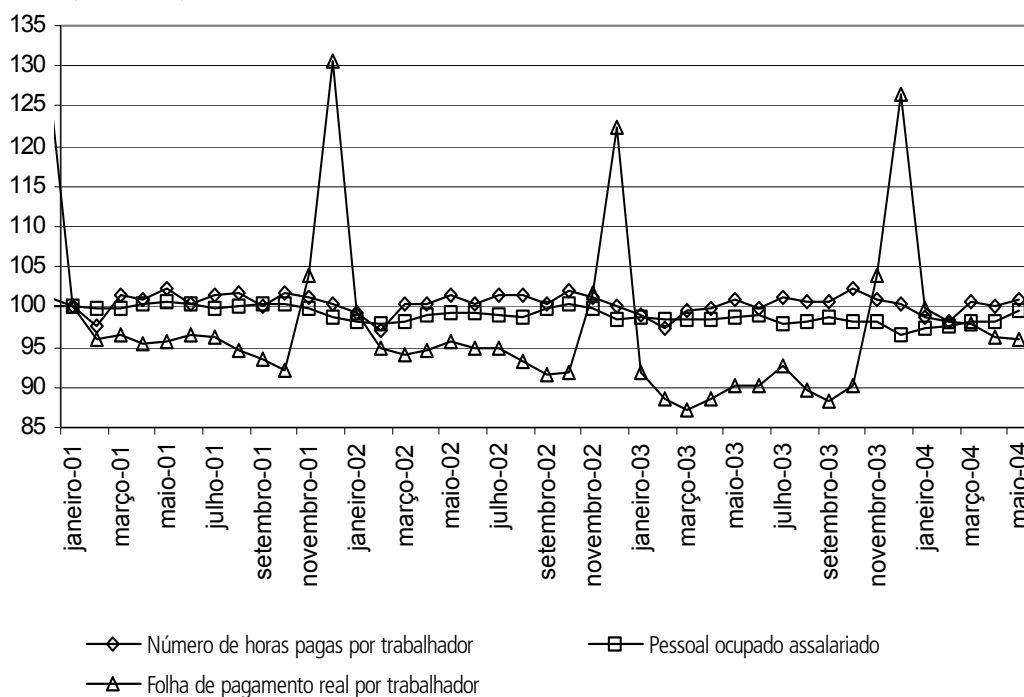
Em contraste com o indicador negativo registrado para nível de ocupação, o índice de número de horas pagas por trabalhador na indústria no início de 2004 seguiu o padrão registrado pelos indicadores de produção física, alcançando patamares superiores aos observados no mesmo período de 2003. De fato, nos primeiros cinco meses de 2004, o número de horas pagas na indústria geral cresceu 0,3% quando comparado a igual período de 2003, ao contrário do indicador negativo obtido para ocupação (-0,3%). Logo, o aumento das horas de trabalho ainda parece estar no vértice do ajuste do mercado de trabalho na indústria em 2004, de forma que muitas firmas ainda preferam aumentar a jornada de trabalho, em vez de contratar novos trabalhadores. Entretanto, vale salientar o movimento de desaceleração no crescimento das horas pagas por trabalho na indústria nessa base de comparação, uma vez que as taxas de crescimento acumuladas até março e até abril de 2004 (0,6% e 0,5%, respectivamente) foram superiores à registrada em maio. A combinação de uma tendência de desaceleração do crescimento do número de horas pagas com um movimento de desaceleração de queda no emprego industrial sinaliza a perspectiva de que o ajuste do mercado de trabalho ao movimento recente de alta na produção ocorra não mais apenas por intermédio de um incremento da intensidade do trabalho, mas também com base em geração de novos postos de trabalho.

A tendência mais clara entre os indicadores de mercado de trabalho industrial em 2004 refere-se à melhora na remuneração real dos trabalhadores. Esse resultado é fortemente influenciado pela fraca base de comparação do indicador, uma vez que a inflação no início de 2004 foi bem inferior à do início de 2003 (período marcado por taxas de juros e de câmbio mais elevadas). Todavia, também parece razão de uma melhora nos indicadores de remuneração nominal ocorrida no início de 2004, provavelmente provocada por reajustes salariais no período. De fato, verifica-se forte crescimento no índice de folha de pagamento real por trabalhador na indústria, que no acumulado nos cinco primeiros meses de 2004 cresceu 9,2% em relação ao mesmo período de 2003, razão do incremento de 7,4% observado na indústria extrativa mineral e 9,2%, na indústria de transformação. Essa melhora também foi generalizada, tendo se estendido por 15 dos 17 gêneros da indústria de transformação. Destacam-se os aumentos nos setores de: máquinas e equipamentos (16,4%), fabricação de outros produtos da indústria de transformação (11,8%), papel e gráfica (13,4%), madeira (10,0%) e metalurgia básica (10,0%). Os únicos setores que registraram queda foram a indústria têxtil, com redução de 5,3%, e a indústria do fumo, com redução de 3,5%.

GRÁFICO 2

Índices de desempenho – mercado de trabalho na indústria geral

(Sem ajuste sazonal – janeiro 2001 = 100)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1.3 Investimento e financiamento

O ingresso de investimentos estrangeiros diretos na indústria alcançou o montante de US\$ 1,85 bilhão no primeiro semestre de 2004, registrando estabilidade (crescimento de 0,3%) diante do montante acumulado no primeiro semestre de 2003. Essa estabilidade deve-se ao forte recuo dos ingressos na indústria no segundo trimestre de 2004, que interrompeu o movimento de recuperação dos indicadores que se mantinha no primeiro trimestre do ano. As quedas significativas dos investimentos verificadas nos

meses de abril (53,3%), maio (27,0%) e junho (40,5%), em comparação ao mesmo mês do ano anterior, impuseram, assim, intensa desaceleração no ritmo de crescimento do ingresso de investimentos diretos externos na indústria em 2004, que era da ordem de 55,5% no acumulado do primeiro trimestre e passou a níveis praticamente nulos no acumulado do semestre. Outro aspecto negativo é a queda da participação relativa da indústria sobre o total de investimentos estrangeiros diretos, uma vez que essa participação passou de 37,4% no primeiro semestre de 2003 para 35,6% no primeiro semestre de 2004.

Nesse último período, os setores com maior participação no ingresso de investimentos estrangeiros diretos destinados à indústria foram, em ordem decrescente: fabricação e montagem de veículos, abrangendo 32,6% (US\$ 603 milhões) do total investido; outros equipamentos de transporte, com participação de 11,4% (US\$ 211 milhões); produtos químicos, com participação de 9,7% (US\$ 180 milhões); máquinas, aparelhos e materiais elétricos, com participação de 8,8% (US\$ 162 milhões); e metalurgia básica, com participação de 7,8% (US\$ 145 milhões).

Entre os setores industriais que mais absorvem recursos, vale destacar o desempenho mais robusto dos investimentos nas indústrias de: fabricação e montagem de veículos, outros equipamentos de transporte, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, que aumentaram não apenas o volume de investimentos, mas também sua participação sobre os recursos absorvidos pela indústria, relativamente aos níveis de 2003. A primeira elevou sua participação relativa no total de investimentos destinados à indústria de 17,7% no primeiro semestre de 2003 para 32,6% no primeiro semestre de 2004, ao passo que o ingresso de investimentos aumentou de US\$ 326 milhões para US\$ 603 milhões (crescimento de 85,0%). A segunda elevou sua participação relativa de 1,1% para 11,4%, e obteve grande salto de crescimento no total de ingressos, que foram de apenas US\$ 21 milhões nos primeiros seis meses de 2003 e atingiram US\$ 211 milhões no mesmo período de 2004. Finalmente, a indústria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, embora com resultados menos expressivos, também registrou ganhos relativos no primeiro semestre de 2004 comparados ao mesmo período de 2003, com sua participação aumentando de 7,5% para 8,8% e seu volume de investimentos obtendo crescimento de 17,4% (passou de US\$ 138 milhões para US\$ 162 milhões).

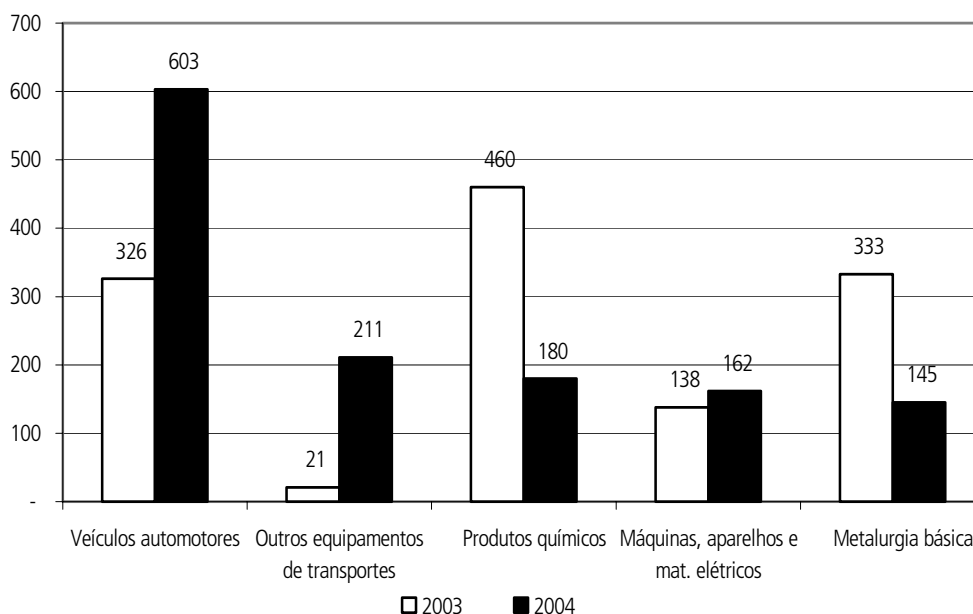
O destaque negativo entre as atividades da indústria que mais captam investimentos estrangeiros diretos ficou por conta dos setores de produtos químicos e de metalurgia básica. Os ingressos na indústria de químicos, que no primeiro semestre de 2003 atingiram o montante de US\$ 460 milhões, foram de apenas US\$ 162 milhões no primeiro semestre de 2004 (queda de 60,9%), ocasionando também uma perda considerável de participação sobre o total de ingressos na indústria (passou de 24,9% em 2003 para 9,7% em 2004). Essa tendência também foi notada na indústria de metalurgia básica que registrou queda de 56,5% no volume de investimentos (de US\$ 333 milhões em 2003 para US\$ 145 milhões em 2004) e queda na participação relativa do setor (de 18% para 7,8%). Sobretudo no setor de metalurgia básica, preocupa o indicativo de redução no ingresso de investimentos estrangeiros diretos, uma vez que, atualmente, prevalece nessa indústria um elevado nível de utilização da capacidade instalada.

Os desembolsos totais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alcançaram a cifra de R\$ 16,29 bilhões no primeiro semestre de 2004, indicando desempenho 39% superior ao do mesmo período de 2003 e 35% superior ao de igual período de 2002. O aumento expressivo dos desembolsos do BNDES deve-se em grande parte ao crescimento das liberações para a indústria, que atingiram R\$ 7,55 bilhões no primeiro semestre de 2004, desempenho 32% superior ao registrado no mesmo período de 2003. A indústria absorveu 47% do total desembolsado pelo BNDES até junho de 2004, sendo seguida pelas áreas de infra-estrutura, que teve participação de 27%, agropecuária, com 20%, comércio e serviços, com 5%, e educação e saúde, com 1%.

Entre os segmentos industriais, o de material de transporte (aeronaves, embarcações, equipamentos ferroviários e veículos automotores) foi o que mais recebeu recursos até junho de 2004, atingindo R\$ 3,72 bilhões, com crescimento de 29% em relação a igual período de 2003. Destacam-se ainda os desembolsos destinados à agro-indústria, que totalizaram R\$ 1,07 bilhão, desempenho 49% maior que o dos cinco primeiros meses do ano passado; à indústria mecânica, que totalizaram R\$ 506 milhões, tendo sido o setor que registrou maior crescimento (215%); e à indústria de papel e celulose, que alcançaram a cifra de R\$ 480 milhões, representando crescimento de 165%. Os destaques negativos foram os desembolsos para a indústria de metalurgia (R\$ 570 milhões), a indústria química e petroquímica (R\$ 333 milhões) e a indústria têxtil (R\$ 127 milhões), que apresentaram queda respectiva de 8%, 20% e 23% em relação ao total desembolsado nos cinco primeiros meses do ano passado. Quanto aos dados de desembolsos do BNDES, vale destacar que, assim como ocorrido na análise dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos, existe sinalização negativa de queda de investimentos em setores-chave da economia, caso da indústria de metalurgia e de produtos químicos.

GRÁFICO 3

Ingresso de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) nos cinco setores de maior captação nos seis primeiros meses dos anos de 2003 e 2004
(US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen).

1.4 Desempenho externo

A balança comercial em 2004 vem mantendo a tendência superavitária de 2003, apesar da retomada do crescimento recente das importações. A economia tem mantido forte aumento do ímpeto exportador na produção doméstica, com elevadas taxas de crescimento das vendas externas, garantindo a geração de superávits comerciais, mesmo com o aumento das importações decorrente do aumento da atividade interna. As exportações acumuladas no primeiro semestre de 2004 somaram US\$ 43,31 bilhões e as importações, US\$ 28,26 bilhões, resultando em superávit de US\$ 15,05 bilhões. O valor das exportações, assim como o superávit comercial, representa recordes históricos para os seis primeiros meses do ano, superando o recorde anterior atingido em 2003 de US\$ 33,00 bilhões em exportações e US\$ 10,40 bilhões em saldo comercial. Além disso, as importações acumuladas no primeiro semestre do ano compreendem o segundo maior resultado para o período, ficando abaixo apenas de 2001 (US\$ 28,99 bilhões).

As exportações acumuladas no primeiro semestre de 2004 atingiram recordes históricos para o período nas três categorias de produto, ao totalizarem US\$ 23,02 bilhões de manufaturados, principal categoria da pauta de exportações no ano com participação de 53,2%; US\$ 13,66 bilhões de básicos, que têm participação de 31,5%; e US\$ 5,949 bilhões de semimanufaturados, que representa 13,7% da pauta total de exportações em 2004. Pela média diária, o crescimento acumulado das exportações sobre o ano anterior foi de 39,7% para produtos básicos, 27,8% para manufaturados, e 17,9% para semimanufaturados. No geral, as exportações cresceram a uma taxa expressiva de 29,1%, pela média diária. Quanto às importações, em 2004, observa-se aumento de 23,0%, na comparação com o primeiro semestre de 2003 pela média diária. O melhor desempenho das importações deve-se ao crescimento do consumo de todas as categorias de produtos: combustíveis e lubrificantes (36,6%), matérias-primas e intermediários (24,7%), bens de consumo (19,2%) e bens de capital (12,2%). Esse aumento generalizado reflete o maior aquecimento da economia interna, sobretudo da atividade industrial, ao longo de 2004.

No que tange ao *quantum* exportado acumulado de janeiro a junho de 2004, registra-se crescimento nas exportações de 18,9% em relação ao igual período de 2003. Para tanto, foram determinantes os incrementos no *quantum* exportado em todas as categorias, com destaque para o melhor desempenho em bens de capital (52,28%) e bens de consumo duráveis (34,8%), seguidos por combustíveis (18,3%), bens de consumo não-duráveis (16,4%) e bens intermediários (13,45%), que tiveram a alta mais moderada. O *quantum* de importações no primeiro semestre de 2004 também revelou considerável aumento em relação ao mesmo período de 2003 (18,6%), mantendo a tendência de alta iniciada no último trimestre do ano anterior. Esse resultado deve-se ao incremento de 19,7% em bens de consumo duráveis, 9,4% em bens de consumo não-duráveis, 20,8% em bens intermediários e 21,4% no *quantum* importado de combustíveis (categoria que mais cresceu). Além disso, contribuiu também o indicador de *quantum* importado de bens de capital, que após ter retomado trajetória de crescimento em abril (3,9%) e maio (5,9%), apresentou desempenho ainda melhor no acumulado até junho com incremento de 8,9% sobre igual período de 2003. A aceleração recente na importação de bens de capital em 2004 sucede o movimento de alta que já vinha sendo registrado na compra externa de bens intermediários desde 2003, indicando

um início de reativação dos investimentos no país, impulsionados principalmente pela recuperação da atividade industrial.

Os produtos que lideraram a pauta de exportações brasileiras no primeiro semestre de 2004 foram, em ordem decrescente: soja em grão, que atingiu a cifra de US\$ 3,03 bilhões e crescimento de 39,7% comparado ao mesmo período de 2003 pelo critério de média diária; minério de ferro, com exportações de US\$ 2,08 bilhão e crescimento de 27,7%; farelo de soja, com cifra de US\$ 1,73 bilhão e crescimento de 62,0%; aviões, com cifra de US\$ 1,55 bilhão e crescimento de 67,8%; automóveis de passageiros, com exportações de US\$ 1,4 bilhão e crescimento de 28,8%; petróleo em bruto, com cifra de US\$ 1,29 bilhão e crescimento de 30,4%; carne de frango, com exportações de US\$ 1,17 bilhão e crescimento de 58,3%; semimanufaturados de ferro e aço, com cifra de US\$ 921 milhões e crescimento de 18,2%; laminados planos, com exportações de US\$ 890 milhões e crescimento de 51,63%; e calçados, cujas exportações alcançaram a cifra de US\$ 882 milhões nos primeiros seis meses de 2004 e, em comparação com o mesmo período de 2003, registraram crescimento de 14,39%.

A ordem dos principais mercados compradores do Brasil em 2004 permaneceu igual à verificada ao fim do ano de 2003. Os Estados Unidos permanecem em primeiro lugar com compras totais entre janeiro e junho de 2004 de US\$ 8,68 bilhões, sendo 0,3% superiores às registradas em igual período de 2003, com queda, porém, de participação relativa na pauta de exportações totais, que era de 24,5% no primeiro semestre de 2003 e passou a 20,0% em 2004. Em seguida, vem a Argentina com US\$ 3,28 bilhões, registrando crescimento intensivo de 78,0% e também aumento de participação (aumentou de 5,6% em 2003 para 7,6% em 2004). A China segue essa mesma tendência com compras de US\$ 2,90 bilhões no primeiro semestre de 2004 e expressiva alta de 34,2% ante o mesmo período do ano anterior, embora com manutenção relativa da participação na comparação entre os períodos (6,6% em 2003 e 6,7% em 2004). O quarto maior mercado de exportação no primeiro semestre de 2004 foi o dos Países Baixos (Holanda), com cifra de US\$ 2,37 bilhões (crescimento de 27,2% sobre os valores de 2003), apesar de ligeira queda na participação (5,6% em 2003 contra 5,48% em 2004). Finalmente, o quinto mercado de produtos brasileiros concentrou-se na Alemanha, que registrou compras de US\$ 1,97 bilhão (alta de 32,1% ante o primeiro semestre de 2003) e manteve participação relativa na pauta total de exportações estável (4,5% em 2003 e 2004).

Em geral, o comportamento das vendas para os principais mercados de exportações brasileiras indica uma tendência de alta expressiva do valor embarcado para todos os países, porém sem igual correspondência, ou até mesmo queda, no que tange ao aumento de participação relativa destes na pauta total de exportações. Esse movimento revela a manutenção de um processo de diversificação em que prevalecem a ampliação dos mercados de destino das exportações e a sua descentralização quanto aos seus mercados mais tradicionais. Também merece destaque a tendência de diversificação da pauta de produtos que tem ocorrido com destaque para crescimento mais elevado das vendas de mercadorias manufaturadas. De fato, os produtos manufaturados mais expressivos da pauta de exportações têm mantido desempenho dinâmico, o que fica claro analisando o crescimento das exportações nos primeiros seis meses de 2004 comparado ao mesmo período de 2003 de alguns setores: aviões (65,0%), automóveis (26,7%), laminados planos (49,2%), calçados (12,5%), autopeças (27,3%), motores para veículos (0,6%), óleos combustíveis (2,4%) e veículos de carga (85,0%). Além disso, verifica-

se também diversificação crescente da pauta dos manufaturados, com alguns produtos de menor expressão tendo aumento significativo em suas variações relativas exportadas, como eletrodomésticos, máquinas e aparelhos para uso agrícola, óxidos e hidróxidos de alumínio, fio máquina e motocicletas.

GRÁFICO 4
Índice de *quantum* exportado por categorias de uso
(Média móvel últimos 12 meses – Média 1996 = 100)

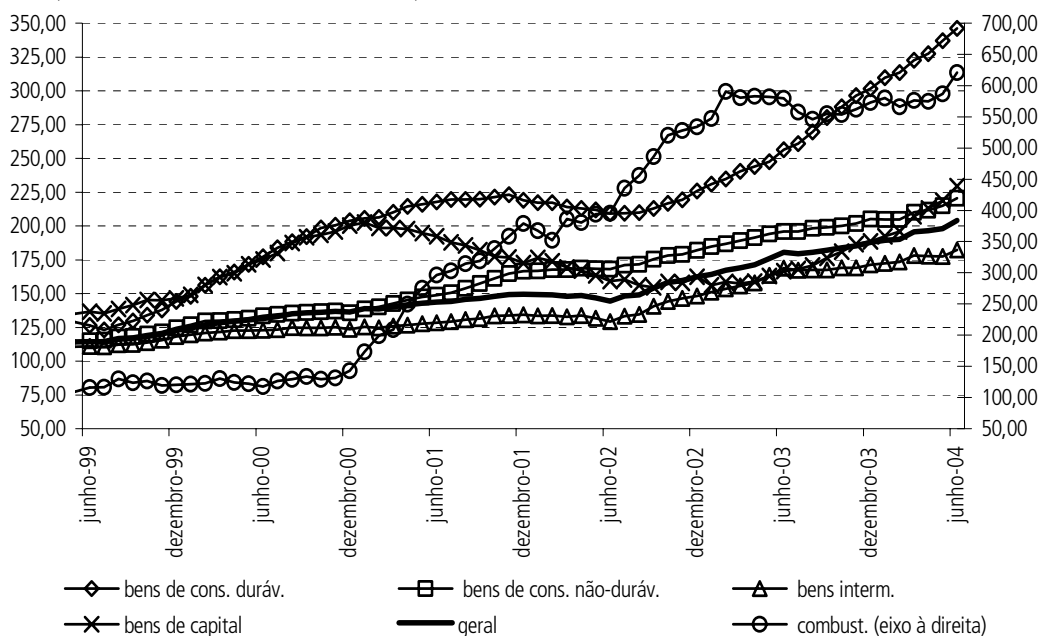
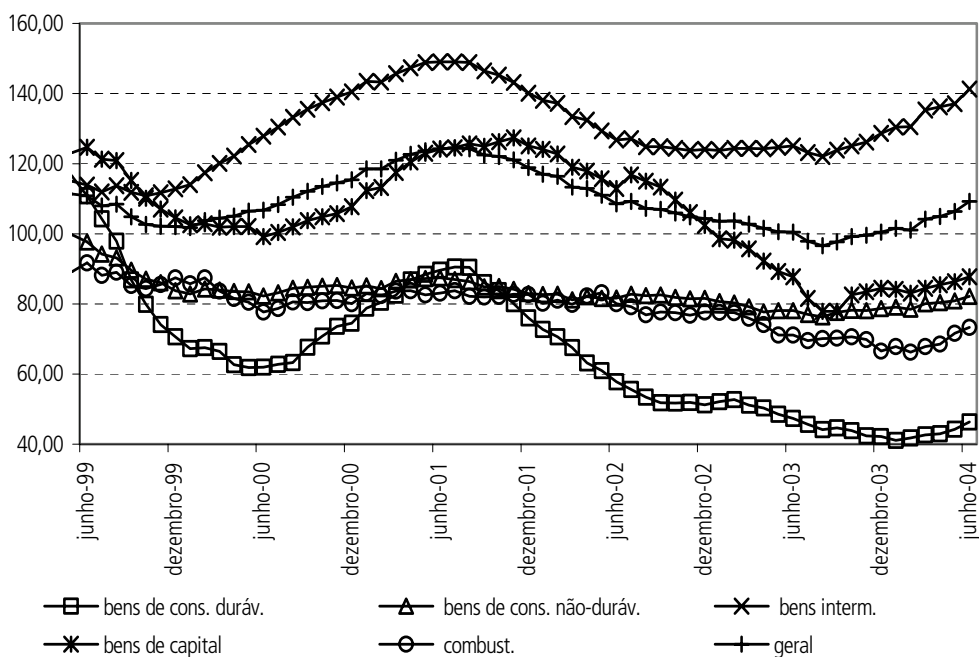


GRÁFICO 5
Índice de *quantum* importado por categorias de uso
(Média móvel últimos 12 meses – Média 1996 = 100)



1.5 Comportamento dos preços

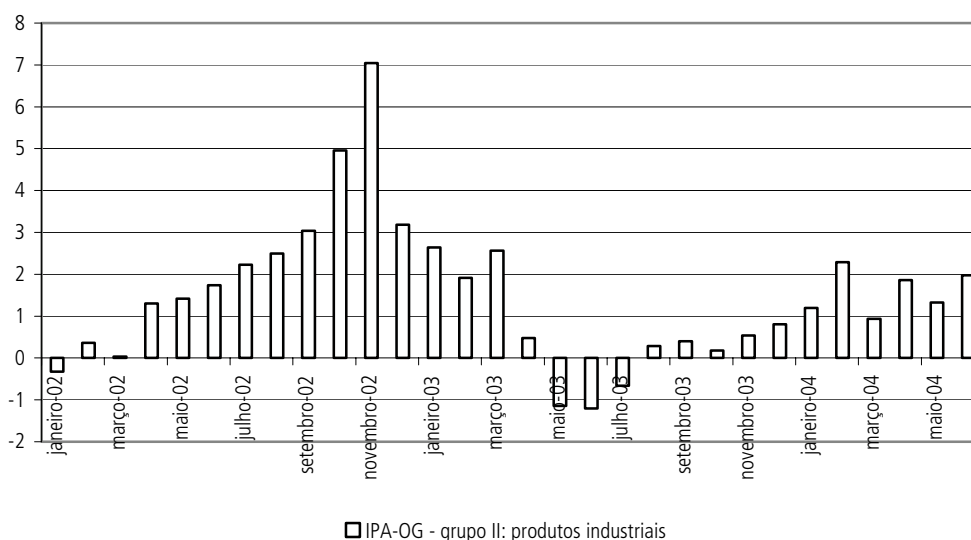
O mês de junho de 2004 indicou nova retomada da aceleração dos preços de produtos industriais, após o pequeno arrefecimento verificado em maio. Em relação ao mês anterior, o Índice de Preços por Atacado – Oferta Global (IPA-OG), para produtos industriais, após registrar forte crescimento em abril (1,86%) e pequena desaceleração em maio (1,32%), aumentou para 1,97% em junho. A manutenção de alta dos preços industriais no ano parece ainda fortemente influenciada pelas elevadas cotações internacionais de algumas *commodities* específicas impulsionadas pela maior demanda internacional. Nesse sentido tal manutenção tem tido também forte influência, desde o início do ano, de fortes pressões inflacionárias nos setores de metalurgia e, sobretudo, siderurgia, que alcançaram novamente elevações consideráveis de preços se comparados ao mês anterior (1,79% e 3,01%, respectivamente). Vale lembrar que essas taxas estão em movimento de desaceleração uma vez que atingiam patamares mais elevados em maio (3,0% e 3,47%) e abril (4,13% e 4,80%). O grande entrave para a continuidade desse processo, no entanto, sustenta-se pelo elevado nível de utilização de capacidade dos setores, principalmente diante do aumento da demanda efetiva provocado pelo recrudescimento crescente do mercado interno.

A aceleração da inflação industrial em junho concentra-se também no impacto das elevações nos preços dos combustíveis e dos fertilizantes, que provocaram alta de 5,37% no gênero química, ante 1,72% em maio. De fato, em relação ao mês anterior, os preços de fertilizantes e combustíveis, que já haviam crescido em maio 5,6% e 1,76%, respectivamente, sofreram um novo salto em junho (8,09% e 5,66%). Nesse caso, também tem sido determinante a questão das cotações internacionais, uma vez que os recentes aumentos em produtos do complexo produtivo químico parecem fortemente influenciados pela elevação do preço internacional do petróleo.

GRÁFICO 6

Crescimento percentual do IPA-OG para produtos industriais

(Em relação ao mês anterior)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

1.6 Conclusão

A indústria brasileira tem apresentado, em 2004, e particularmente nos últimos meses, um desempenho alentador – e algumas razões sugerem que esse desempenho é razoavelmente sustentável.

Por um lado, do ponto de vista das cadeias produtivas, tem ocorrido desde março deste ano uma homogeneização do crescimento da produção, que vinha mais localizado no complexo metalmeccânica e apresentava desempenhos de retração importantes, com destaque para o complexo da construção. De fato, a partir de março, em todos os complexos, os setores e as cadeias passaram a ter crescimento da produção, o que sinaliza para desempenho equilibrado em termos de cadeias produtivas. Algumas exceções compõem esse quadro, entretanto parecem conjunturais. Primeiro, em maio, o complexo agroindústria apresentou algumas cadeias com desempenho retracionista e indicando possível quadro de desequilíbrio. Entretanto, esse comportamento parece derivar de fatores como: a recuperação ainda tímida da massa salarial real até maio, em decorrência de o primeiro aumento do emprego estar ocorrendo majoritariamente nos cargos de remuneração menor, o que faz que aqueles produtos agroindustriais mais caros tenham recuperação da demanda menos expressiva; e uma razoavelmente generalizada antecipação da produção em março e abril, com retração em maio, em razão do aumento esperado do custo de insumos agrícolas nacionais e importados graças ao aumento de impostos previstos sobre estes últimos. Outro complexo que tem destoado do quadro de crescimento relativamente homogêneo é o têxtil. Esse desempenho não se deve a menor crescimento de exportações e parece se dever mais a algum componente da demanda interna. Entretanto, tal quadro desfavorável parece conjuntural, pois as vendas no varejo vêm apresentando crescimento desde o início do ano e a taxas crescentes, o que sugere uma recuperação em data próxima desse complexo.

Um fator também favorável à sustentação do crescimento industrial é o aumento contínuo (a partir de março) da produção de bens de capital tipicamente industriais (reforçado pelo aumento da importação de bens de capital em geral). Entretanto, esse quadro sugere cautela, pois os níveis de capacidade instalada têm aumentado e há defasagem significativa entre a decisão de investimento e o aumento de capacidade produtiva, além de não estar claro se esse aumento do investimento deve-se mais a bens de capital por encomenda ou seriados, ou ainda se os prováveis investimentos buscam aumento de capacidade instalada ou apenas modernização.

Um último aspecto a ser ressaltado é que o cenário externo tem apresentado deterioração moderada, em razão principalmente da alta das taxas de juros básicos dos Estados Unidos da América (EUA) e do aumento dos preços do petróleo. Entretanto, o cenário fiscal e o desempenho externo brasileiros permitem afirmar que o Brasil hoje está menos vulnerável a esses problemas externos que no período 1994-1998.

Tendo como referência esse quadro, desenvolveu-se um trabalho para previsão do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria brasileira em 2004 e seu resultado projetou um crescimento médio do PIB industrial de 4,7% para 2004.

2 MEDIDAS DE POLÍTICA

2.1 Medidas da nova política industrial tecnológica e de comércio exterior (Pitce)

Vários foram os desdobramentos referentes à nova Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), desde o seu lançamento pelo governo federal no dia 31 de março de 2004, com avanços na instituição de medidas para o cumprimento de suas diretrizes estratégicas – inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa, modernização industrial e ampliação de capacidade produtiva, incentivo aos setores de medicamentos, *software*, bens de capital e semicondutores. No espectro institucional, foi encaminhado ao Congresso Nacional o projeto de lei, assinado pelo presidente da República no dia 28 de abril de 2004, para a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que definirá as diretrizes do desenvolvimento industrial e será composto por ministros, empresários e trabalhadores, e a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, órgão que será responsável pela articulação e pela execução das políticas do setor.

No âmbito da estratégia de fortalecimento das pequenas e médias empresas, foi lançado, em 30 de junho de 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), o Projeto de Extensão Industrial Exportadora (Peiex). Trata-se de um programa de consultoria pública para resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos que visa prover o aumento da competitividade de empresas de pequeno porte situadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs). O Peiex compreende uma parceria com o Projeto Redeagentes, da Secretaria de Comércio Exterior do Mdic, com os programas de promoção comercial da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil) e com os desenvolvidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para o aperfeiçoamento da gestão empresarial. As ações serão implementadas por meio da atuação de técnicos extensionistas, que irão visitar as empresas, elaborar diagnósticos individualizados e indicar soluções efetivas, priorizando as ações de maior retorno, de implantação mais rápida e que independam de grande investimento. Quanto aos projetos-piloto do Peiex, já foram identificados para a primeira etapa do programa os pólos de confecções e moda em Brasília (DF) e Goiânia e Jaraguá (GO), madeira e móveis em Paragominas (PA), plástico, confecções e informática em Salvador (BA), couro e calçados em Franca (SP) e autopeças e confecções na Serra Gaúcha (RS). O orçamento inicial para 2004 é de R\$ 15 milhões, dos quais R\$ 2,4 milhões para essa fase inicial do projeto, e a meta é que durante o segundo semestre deste ano seja implementada uma base do projeto em cada estado da Federação.

No que tange ao incentivo à inserção externa e à competitividade, já está em andamento o Programa Brasil Exportador, que busca aumentar as exportações em estados brasileiros cuja venda para o mercado externo seja inferior a US\$ 100 milhões anuais. A meta para 2004 é ampliar o número de itens exportados e de mercados compradores nos estados selecionados em 20%. O Mdic já implementou o Programa nos estados do Acre, do Amapá e de Sergipe e busca atingir ainda em 2004 os estados do Piauí, de Rondônia, de Roraima, de Tocantins e o Distrito Federal. As linhas de ação do projeto contemplam o fortalecimento de parcerias entre entidades representativas de setores públicos e privados, a capacitação de micro e pequenos empresários em assuntos de comér-

cio exterior e a promoção de produtos por meio de *trading companies* (empresa que compra produção de uma pequena empresa para exportar).

Na área de incentivo à modernização da indústria e da dinamização do setor de bens de capital, foi publicada a Medida Provisória nº 197, de 7 de julho de 2004, que regulamenta a criação do Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modermaq). O Modermaq visa reestruturar o parque produtivo brasileiro, em especial empresas de pequeno e médio porte, destinando R\$ 2,5 bilhões em recursos públicos para financiamento de máquinas e equipamentos e demais bens de capital. O Programa será financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de modo que as operações de crédito poderão ter taxas de juros nominais fixas. Pela MP nº 197, ficou definido que a União está autorizada a assumir, perante o BNDES, total ou parcialmente, o risco das operações de crédito, e caberá ao Conselho Monetário Nacional e ao Conselho Deliberativo do FAT estabelecer: os critérios para a concessão de financiamentos no âmbito do Modermaq; o cronograma para implementação das metas estabelecidas para o Programa; e as taxas de juros dos financiamentos.

Outra estratégia contemplada na Pitce, a da criação de ambiente favorável ao desenvolvimento industrial por meio de facilitação do desembaraço aduaneiro de mercadorias, já foi materializada com a concretização do Programa de Simplificação Aduaneira, com o novo Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) e a redução dos limites mínimos de compromisso de exportação nas áreas de informática e telecomunicações, componentes semicondutores, aeronáutica e automotiva. Além disso, já está vigorando o Programa de Regime de Despacho Aduaneiro Expresso – Linha Azul, que procura desburocratizar o sistema alfandegário por meio da simplificação dos sistemas de controle atuais.

Atuando como principal instrumento da nova Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior, o BNDES vem executando três novos programas de financiamento direcionados a setores prioritários da nova política: fármacos, *software* e bens de capital. No caso do Programa para Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Novo Prosoft), até o mês de junho, 80% do total de recursos previstos para o projeto em 2004 (R\$ 100 milhões) já estavam na carteira de projetos do BNDES, valor superior ao montante total liberado nos quatro anos de funcionamento do antigo programa. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (Profarma) também vem alcançando bom desempenho, com operações de R\$ 124 milhões referentes a financiamentos em processo de enquadramento e R\$ 95 milhões em processo de carta-consulta no BNDES – até o mês de junho de 2004 –, cerca de 44% do orçamento previsto para o total do ano (R\$ 500 milhões). Por sua vez, o Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços tem apresentado avanço mais lento, com o total contratado até o primeiro semestre do ano em cerca de R\$ 30 milhões, bem aquém da disponibilidade de recursos total para 2004 (R\$ 500 milhões).

Complementando o Profarma, existem outras medidas da Pitce em vigor que trarão grandes benefícios para o setor. Destaque para o início dos projetos de: implantação da Fábrica de Hemoderivados, modernização dos Laboratórios Oficiais e implantação da Fábrica de Radiofármacos. Outro setor prioritário com rápidos avanços é o de semicon-

dutores, em que as linhas de ação já implantadas contemplam: inclusão do setor no Regime Aduaneiro Especial com base no novo Recof; consolidação do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), laboratório gaúcho que deverá desenvolver a prototipagem nacional de *chips*; e criação do Programa Nacional Microeletrônica, que impulsionará a indústria microeletrônica no país.

2.2 Ciência e tecnologia

Novo fundo para financiamento de inovação tecnológica. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou em maio de 2004 um novo fundo de estímulo à produção de tecnologia nacional. O Fundo Tecnológico (Fundtec) representa uma parceria entre o BNDES, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que visa dar maior eficiência e competitividade à produção nacional por meio de inovações tecnológicas. O Fundo terá aporte inicial de R\$ 180 milhões, provenientes da contribuição anual do BNDES, que correspondente a até 10% do seu lucro líquido do ano anterior e é limitada a 0,5% do seu patrimônio líquido. Serão financiados projetos realizados por instituições tecnológicas, públicas ou privadas, e por empresas ou conjunto de empresas reunidas em arranjos produtivos instalados no Brasil, desde que esteja assegurada a utilização comercial dos resultados. As atividades de inovação tecnológica financiáveis englobam: atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), aquisição externa de P&D, aquisição de outros conhecimentos externos, aquisição de máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento das inovações tecnológicas, treinamento, introdução de inovações tecnológicas no mercado, projeto industrial e outras preparações técnicas. A liberação dos recursos pelo BNDES será concedida sob a forma de apoio não-reembolsável, participação acionária, ou financiamento, segundo análise de cada projeto enviado ao Banco. O pedido de colaboração formulado por uma instituição tecnológica deverá conter necessariamente a manifestação de empresa brasileira que declare interesse na utilização comercial das inovações a serem desenvolvidas. Além disso, o BNDES terá assegurado o direito de participar dos resultados financeiros do projeto, independentemente da modalidade de apoio.

Inauguração do Projeto Giga. No dia 7 de maio de 2004, foi inaugurada, em Campinas (SP), pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, e pelo ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, a primeira rede experimental do Projeto Giga. Coordenado pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP), unidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), o projeto tem como meta a convergência tecnológica entre redes sobre protocolo internet e redes de fibras ópticas com tecnologia WDM. A nova infra-estrutura tecnológica permitirá transferências de dados em altíssima velocidade, taxas mínimas de 100 *megabits* por segundo, com possibilidade – em caso de computadores robustos – de alcançar taxas de transmissão de 1 *gigabit* por segundo. No primeiro momento, a rede experimental funcionará apenas na região Sudeste, ligando dezessete institutos de pesquisa nas cidades de São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo; e nos municípios do Rio de Janeiro, Niterói e Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, a meta é estender a expansão da Rede Giga para o Norte e o Sul do país.

2.3 Comércio exterior

Resolução nº 45 da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A Camex, por meio da Resolução nº 45 de 23 de dezembro de 2003, alterou o texto referente à Resolução nº 33, de 16 de dezembro de 2002, que diz respeito ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex). A nova regulamentação estabelece que o financiamento com base no Programa será direcionado a financiar exportações de empresas de pequeno e médio portes. Dessa forma, fica ressalvado o enquadramento de operações de empresas de grande porte nessa modalidade de financiamento exclusivamente para cumprir compromissos governamentais decorrentes de acordos bilaterais de créditos brasileiros e nos casos de operações que não possam ser viabilizadas pelo mercado, ou ainda operações de cofinanciamento realizadas com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Criação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig). Foi criado, por intermédio do Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004, o Cofig, colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior (Camex). O comitê terá as atribuições de enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), estabelecendo os parâmetros e as condições para concessão de assistência financeira às exportações e de prestação de garantia da União. O Cofig será presidido pelo secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cabendo ainda a um representante do Ministério da Fazenda a função de secretário-executivo do Comitê. Além disso, o órgão será integrado por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Planejamento, Orçamento e Gestão; bem como da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Acordo de integração com a Argentina. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou, no dia 15 de abril de 2004, um acordo de cooperação com duas entidades governamentais argentinas: o Banco de la Nación e o Banco de Inversiones e Comercio Exterior (Bice). O acordo permitirá o financiamento de obras de infra-estrutura, projetos de investimentos e comércio exterior e está em consonância com as metas do governo federal brasileiro de incentivo ao processo de integração da América do Sul.

Acordo de cooperação entre países do Mercado Comum do Sul (Mercosul). No dia 2 de junho de 2004, foi assinado um acordo de cooperação entre o governo brasileiro e os demais integrantes do Mercosul – Uruguai, Paraguai e Argentina – pelo qual os cidadãos de cada país poderão ser atendidos pelos órgãos de defesa do consumidor de qualquer uma das nações do bloco. O acordo faz parte dos trabalhos do Comitê Técnico do Mercosul de Defesa do Consumidor (CT 7) e objetiva garantir a efetiva proteção dos consumidores da região que se encontrem transitoriamente em outro país do Mercosul, especialmente o consumidor turista. O documento prevê que os países deverão assessorar e informar os consumidores sobre seus direitos, colocando-os à disposição mecanismos ágeis de solução de conflitos, segundo as normas e os procedimentos do país anfitrião, estabelecendo mecanismos de informação recíproca sobre o curso das reclamações e de análise conjunta dos resultados do acordo.

Estímulo às exportações de micro, pequenas e médias empresas. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou, no dia de 16 de junho de 2004, uma nova modalidade de financiamento às exportações de bens produzidos por micro, pequenas e médias empresas. O novo modelo de operação, que será gerenciado pelo BNDES-Exim (braço de comércio exterior do BNDES) visa diminuir as barreiras que as empresas de menor porte enfrentam ao procurar colocar seus produtos no mercado externo, referentes ao acesso ao crédito, à prospecção de mercado e ao trâmite operacional. Para tanto, a nova linha de apoio financeiro será realizada por intermédio de uma firma de grande porte denominada empresa-âncora, que poderá ser uma *trading company*, uma comercial exportadora ou uma empresa industrial. A empresa-âncora será responsável pela captação do empréstimo no BNDES-Exim e pelo repasse dos recursos às pequenas firmas exportadoras. Além disso, também assumirá diversas atribuições que normalmente representam entraves à conclusão de negócios no exterior por micro, pequenas e médias empresas, como a prospecção do mercado, a negociação com clientes, a avaliação de risco do importador, a viabilização do prazo de pagamento e a própria logística da gestão do negócio. O custo dos empréstimos será correspondente à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou à Taxa Interbancária do Mercado de Londres do London Interbank Offered Rate (Libor) acrescida da remuneração do BNDES de 1% ao ano, mais a taxa de intermediação a ser negociada diretamente pela empresa-âncora com o agente financeiro. As demais condições serão definidas caso a caso, por ocasião da avaliação de cada operação.

Lançamento da 3ª Rodada do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC). No dia 16 de junho de 2004, foi aprovada a abertura da 3ª Rodada de Negociações do SGPC, com base na Declaração de São Paulo, oficializada no âmbito da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad XI). O acordo do SGPC foi assinado em 1988 e é composto por 38 membros efetivos, entre eles o Brasil, e oito países signatários, que não ratificaram o acordo.¹ A aliança busca impulsionar o comércio entre países em desenvolvimento em diversos setores – agropecuário, farmacêutico, químico, bens de capital, siderúrgico, têxtil e outros – por meio de concessão de tarifas preferenciais de importação entre seus países-membros. Estabeleceu-se que as negociações só começarão efetivamente em novembro de 2004, em Genebra, e deverão ser concluídas até novembro de 2006. Outra consideração importante é o fato de que se intenta que as discussões sobre as concessões sejam realizadas não na forma de produto por produto, mas sobre setores inteiros.

Acordo para intensificar exportações de bens e serviços entre Brasil e Bolívia. No âmbito de projetos que promovem a integração da América do Sul, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmou um acordo com o governo da Bolívia que oferece US\$ 600 milhões para o financiamento de importações de bens e serviços brasileiros por aquele país. Os recursos do BNDES viabilizarão a aquisição de produtos e serviços oferecidos por empresas brasileiras destinados a projetos de integração e infra-estrutura a serem executados pela Bolívia. Também estão previstos a troca de conhecimento para capacitação e assistência técnica em temas con-

1. Além do Brasil, são membros efetivos do SGPC: Argentina, Bolívia, Chile, México, Peru, Cuba, Argélia, Bangladesh, Benin, Camarões, Cingapura, Egito, Equador, Filipinas, Gana, Guiana, Guiné, Índia, Irã, Iraque, Iugoslávia, Líbia, Malásia, Romênia, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Trinidad e Tobago, Tunísia, Vietnã, Zimbábue, Coréia do Sul, Coréia do Norte, Tanzânia, Moçambique, Nicarágua, Nigéria e Paquistão. Não ratificaram o acordo: Uruguai, Angola, Colômbia, Marrocos, Venezuela, Catar, Haiti e Zaire.

siderados de interesse dos dois países e o desenvolvimento de um trabalho de fortalecimento das cadeias produtivas regionais que promovam a integração entre o Brasil e a Bolívia. O acordo terá vigência de dois anos, sendo renovável por igual período.

Prorrogação de acordos tarifários entre Mercosul e Comunidade Andina (CAN). O Brasil e os demais países integrantes do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) estenderam os prazos de vigência de acordos bilaterais de preferências tarifárias existentes com a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Peru, países-membros da CAN. A medida refere-se ao atraso na entrada em vigor dos acordos de livre comércio anunciados pelo bloco do Cone Sul com os países andinos, que estavam previstos para vigorar a partir do dia 1º de julho de 2004. A prorrogação do acordo de redução de impostos de importação para determinados produtos com a Venezuela foi de sessenta dias, até o fim de agosto de 2004, ao passo que, com os outros países da CAN, foi de noventa dias, até 30 de setembro de 2004.

Cotas para exportação brasileira de geladeiras e fogões. Integrantes do governo e da iniciativa privada do Brasil e da Argentina firmaram, em julho de 2004, um acordo transitório que determina cotas para a exportação brasileira de geladeiras e fogões para o mercado argentino. As medidas referem-se ao impasse provocado por anúncio anterior do governo argentino, no sentido de restringir a importação de eletrodomésticos de linha branca brasileiros por meio da adoção de licenças não-automáticas, sob o argumento de necessidade de proteção da indústria interna daquele país. No caso das geladeiras, foi estabelecido um Grupo de Trabalho por sessenta dias para determinar o tamanho do mercado consumidor argentino para o produto, de forma que, após a conclusão do trabalho, caberá ao Brasil a parcela de 50% do mercado. Para não impedir o fluxo de comércio entre os dois países, foi fixada uma cota provisória de exportação brasileira de 42.370 geladeiras para o período de 19 de julho a 19 de setembro de 2004. Quanto ao acordo relativo às exportações brasileiras de fogões, as vendas foram limitadas a 90 mil unidades em 2004 e 47.500 unidades no primeiro semestre de 2005, quantidade inferior à alcançada no primeiro semestre de 2004 (50 mil fogões).

Conversão em lei da MP nº 183. O presidente da República sancionou a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, conversão da Medida Provisória nº 183, de 30 de abril de 2004, que elimina a cobrança incidente sobre importação e comercialização no mercado interno da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre fertilizantes e defensivos agropecuários.

2.4 Defesa da concorrência

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) absolve Microsoft da acusação de venda casada. O Cade absolveu por unanimidade, no dia 19 de maio de 2004, a empresa Microsoft da acusação de venda casada de *softwares* voltados para o gerenciamento financeiro. O processo havia sido iniciado em 1998, após denúncia apresentada pela empresa Paiva Piovesan Engenharia e Informática, com base em acu-

sação sobre a compra dos *softwares* feita pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal sem licitação pública.

Decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre compra da Latasa pela inglesa Rexam. No dia 16 de junho de 2004, o Cade decidiu aprovar, sem restrições, a compra de 88,61% do capital social da Latasa, empresa líder do mercado brasileiro de embalagens de latas para bebidas, realizada pelo grupo inglês Rexam. O negócio, avaliado em R\$ 900 milhões, foi fechado em outubro de 2003 e envolve plantas de produção de latas de alumínio para bebidas nas cidades de Pouso Alegre (MG), Jacareí (SP), Rio de Janeiro (RJ), Viamão (RS), Brasília (DF), Recife (PE), Buenos Aires (na Argentina) e Santiago (no Chile), além de prever a realização de oferta pública de compra das ações recentes. De acordo com a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), a compra da Latasa garante à Rexam o domínio de 64% do mercado brasileiro de latas para bebidas. As outras participantes do setor são a Latapack e a Crown, com 16% de fatia de mercado cada, e Metalic, com 4%. Entre os argumentos para o parecer favorável à operação está a idéia de que a Rexam não aumentaria a possibilidade de exercício de poder de mercado, uma vez que já prevalecia uma forte concentração no setor antes do negócio (domínio de 96% do mercado pelas quatro maiores empresas), indicando que um exercício coordenado já era possível antes da operação. Outro argumento é que a Latapack e a Crown, como grandes corporações com alavancada atuação no resto do mundo, teriam grande capacidade de competição no mercado brasileiro. Além disso, a Seae destaca que as cinco maiores empresas responsáveis por 94% da demanda por latas para bebidas (Coca-Cola, Kaiser, Molson, Schincariol e Ambev) têm poder de barganha para impedir eventual prática de poder de mercado pela Rexam.

Volta da Brasil Telecom ao controle da Telecom Itália. No dia 31 de junho de 2004, o Cade decidiu aprovar com ressalvas a volta da Telecom Itália ao bloco de controle da Brasil Telecom. A decisão reformula a medida cautelar anterior, concedida pelo Cade em 17 de março de 2004, que impedia a operação, sob a justificativa de possível troca de informações entre as empresas e prejuízo da concorrência. Uma das ressalvas impostas à Telecom Itália é que a companhia não poderá indicar diretores para o conselho de administração da Brasil Telecom e da Solpart, mas apenas conselheiros independentes. Estes não terão direito a voto ou veto em questões relativas a serviços de telefonia celular e fixa de longa distância nacional e internacional, além de não participarem de deliberações sobre investimentos, *marketing* e desenvolvimento de produtos. Outra restrição é que as reuniões dos conselhos de administração da Brasil Telecom e da Telecom Itália deverão ser realizadas separadamente.

2.5 Financiamento e incentivos

Política operacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No dia 13 de abril de 2004, o BNDES decidiu revogar o diferencial de juros que vigorava entre financiamentos concedidos a empresas de capital nacional e estrangeiro. A decisão modifica a nova política operacional do BNDES, em vigor desde 1^a de março de 2004, segundo a qual a taxa incidente sobre empréstimos para empresa de capital estrangeiro era um ponto superior à taxa incidente sobre operações com empresas nacionais.

Outra alteração na política operacional do BNDES refere-se à flexibilização dos critérios de repasse dos seus recursos por agentes financeiros com o intuito de expandir o volume de empréstimos sob a forma de operações indiretas. Foi ampliado, a partir de julho de 2004, o limite de operações de crédito que as instituições financeiras credenciadas podiam realizar com base na carteira de recursos do BNDES, que passou de 10% para 20% do total das operações ativas das instituições. Também foi abolida a condição de capilaridade dos agentes financeiros, pela qual o aporte de recursos do BNDES dependia de que eles tivessem no mínimo dez agências em qualquer ponto do Brasil ou pelo menos três localizadas em municípios diferentes.

Convênio para ampliar o apoio às pequenas empresas. No dia 13 de julho de 2004, foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Bradesco para a realização de ações conjuntas de incentivo ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas associadas a Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs compreendem uma concentração geográfica de empresas e instituições que se relacionam em um setor particular, a fim de garantir o aumento da competitividade local dos produtos, sustentada por fatores como a redução de custos operacionais e riscos envolvidos, a melhora da qualificação da mão-de-obra, e a difusão de inovações, entre outros. Pelo Protocolo, o Bradesco passará a atuar com o BNDES na concessão do crédito e na assistência financeira às empresas de pequeno e médio porte integrantes de APLs. Inicialmente, foram definidos como pilotos para atuação conjunta das duas instituições os arranjos produtivos de cerâmica, de Rio Verde do Mato Grosso (MS); de produtos eletroeletrônicos, de Santa Rita do Sapucaí (MG); de calçados, de Campina Grande (PB); e de móveis, de Paragominas (PA).

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulga normas de apoio a linhas de transmissão de energia. O BNDES divulgou as normas de apoio às concessionárias de serviços públicos na instalação de novas linhas de transmissão de energia elétrica. O Banco fixou o limite de financiamentos para construção e operação de linhas de transmissão em até 80% dos investimentos fixos das empresas, que serão obrigadas a aplicar na obra, incluindo investimentos variáveis, pelo menos 30% de capital próprio. A amortização dos empreendimentos será feita em até doze anos. Também ficou definido que as empresas beneficiárias, sociedades anônimas de propósito específico com balanços submetidos a auditorias credenciadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), só começarão a pagar o financiamento seis meses após a entrada em operação comercial da linha de transmissão, com juros capitalizados ao longo desse período de carência. No que tange ao custo dos empréstimos em operações diretas com o BNDES, até 80% dos financiamentos serão remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e no mínimo 20% por uma cesta de moedas ou em dólares, de acordo com as políticas operacionais do Banco, com adicional de 1% a 4% ao ano, dependendo da localização do empreendimento (área incentivada ou não) e do porte da empresa. Nas operações indiretas, o adicional será de 1% a 3,5% ao ano, com o acréscimo da taxa de remuneração do agente financeiro que participar da operação. As garantias serão negociadas caso a caso, dependendo do risco de crédito dos investidores.

2.6 Infra-estrutura e regulação

Parceria entre Brasil e Estados Unidos da América para uso do hidrogênio como fonte de energia. No dia 19 de abril de 2004, foi assinado pela ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, e pelo secretário de Energia dos Estados Unidos, Spencer Abraham, um memorando de entendimento que cria equipe conjunta de atuação no desenvolvimento de pesquisas e na aplicação de tecnologias para uso do hidrogênio como fonte de energia. No encontro, foi definida a realização de um levantamento inicial sobre o estágio de projetos de uso do hidrogênio com fins energéticos em execução em ambos os países. Essa avaliação servirá de base para a produção, no futuro, de um produto inovador a partir do uso de hidrogênio como fonte de energia, que teria os custos divididos entre os dois países por intermédio de parcerias público-privadas. O memorando definiu ainda a realização de visitas técnicas entre os países para troca de informações, que irão identificar áreas de interesse comum, relativas a: produção; armazenamento; transporte; distribuição; tecnologias de uso final e normas de segurança; e padrões de hidrogênio.

Extinção de prazo para análise de contratos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A Aneel emitiu, no dia 26 de abril de 2004, a Resolução Normativa nº 59, que modifica a Resolução Normativa nº 22, de 4/2/1999, que dispõe sobre a aprovação dos instrumentos contratuais submetidos à apreciação da Aneel, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29/1/1999. A nova resolução elimina a aprovação automática de contratos, que impõe que as empresas esperem a liberação destes para realizarem os negócios. Anteriormente, a Aneel tinha 45 dias para analisar contratos entre partes relacionadas, de modo que, se o contrato não fosse analisado no prazo ou os agentes não solicitassem informações adicionais à empresa, era aprovado automaticamente.

Regras para compartilhamento de rede. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) anunciou no dia 13 de maio de 2004 as regras para a desagregação das redes locais de telefonia fixa. As novas condições asseguram às prestadoras de serviços de telecomunicações em geral a utilização do par de fios metálicos das concessionárias que dá acesso ao terminal telefônico do usuário/assinante. O preço máximo fixado pela Anatel para a utilização da infra-estrutura das operadoras de telefonia fixa foi de R\$ 15,42. A medida visa impulsionar a competição entre as operadoras e aumentar a oferta de serviços de banda larga. As concessionárias têm trinta dias para divulgar suas propostas para desagregação compartilhada e para desagregação plena.

Plano de recuperação da malha rodoviária. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, anunciaram no dia 20 de maio de 2004 o lançamento do programa Restauração e Manutenção de Rodovias Federais. O programa projeta, no prazo de um ano, a restauração de 11 mil quilômetros de rodovias federais e a manutenção de outros 35 mil quilômetros de estradas em todo o país, a fim de assegurar que as rodovias federais estejam em melhores condições para o escoamento da safra do ano de 2005. Os investimentos totais do projeto são de R\$ 2,07 bilhões, dos quais R\$ 1,7 bilhão será destinado para restauração de rodovias. O plano prevê que 9.290 quilômetros sejam restaurados com verbas do orçamento da União, e outros 1.728 quilômetros, com financiamentos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entre manutenção e restauração, serão atendidos 5.884 quilô-

metros na região Norte; 9.645 quilômetros no Sudeste; 12.520 quilômetros no Nordeste; 7.089 no Centro-Oeste; e 7.692 no Sul do país.

Financiamento de obras de saneamento básico. No dia 20 de maio de 2004, o governo federal anunciou a liberação de R\$ 2,125 bilhões para o financiamento de obras de saneamento ambiental de prefeituras, governos estaduais e companhias públicas de saneamento. Da cifra total, R\$ 1,264 bilhão será aplicado em regiões metropolitanas. Os financiamentos remetem a 82 tomadores de empréstimos (setenta municípios, seis empresas estaduais, cinco governos estaduais e o Distrito Federal) e envolvem 300 municípios beneficiados. Os recursos serão liberados por meio de contratos de implantação e ampliação de sistemas de água, drenagem, coleta de lixo e esgotamento sanitário. Estima-se que as obras irão beneficiar 1,8 milhão de famílias e gerar 500 mil postos de trabalho.

Governo federal assina contratos no âmbito do Programa Luz para Todos. No dia 9 de junho de 2004, o governo federal assinou os primeiros contratos para execução de obras do Programa Nacional de Universalização do Acesso ao Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos – lançado em novembro de 2003. O Programa tem como meta acabar com a exclusão elétrica no país até 2008, prevendo a aplicação total de R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 5,4 bilhões provenientes do governo federal e o restante partilhado entre governos estaduais e agentes do setor. Os contratos efetuados totalizam um investimento de R\$ 2,5 bilhões em obras de ligação elétrica nos próximos dezoito meses. Segundo estimativas governamentais, esses investimentos deverão prover 567 mil novas ligações, beneficiando 2,8 milhões de pessoas em todo o país. A implementação das obras será prioritária em assentamentos rurais, comunidades atingidas por barragens de usinas hidrelétricas e municípios que possuam menos de 15% de cobertura de rede elétrica. Do total dos recursos desembolsados, R\$ 1,7 bilhão são federais, ao passo que o restante será partilhado entre as concessionárias de energia elétrica (R\$ 370 milhões) e os governos estaduais (R\$ 350 milhões). Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia: a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Geral de Reversão (RGR).

Tarifas de telefones têm aumento médio de 6,89%. A Agência Nacional de Telecomunicações anunciou no dia 29 de junho de 2004 a autorização de um reajuste médio de 6,89% na cesta de serviços de telefonia fixa local. Os reajustes atenderam aos critérios fixados pelo Contrato de Concessão, tendo sido calculados com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) dos últimos doze meses, que foi de 7,97%. Com a decisão, o pulso residencial e comercial, as assinaturas básicas e as fixas terão aumento médio de 7,43%, enquanto o custo de habilitação de linha será reduzido em 20%. O aumento autorizado para tarifas de ligações de longa distância nacional foi de 3,2%, ao passo que as de longa distância internacional serão reduzidas em média 8,2%. As tarifas de uso de rede local, que são pagas pelas empresas que usam a rede de uma concorrente, cairão em média 10,47%, e as tarifas de uso de rede interurbana serão elevadas em 3,2%.

Acordo para criação de pólo gás-químico entre Brasil e Bolívia. O governo brasileiro, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME), e o governo federal boliviano, por meio do Ministério da Presidência da Bolívia, assinaram, no dia 6 de julho de 2004, um protocolo que cria a Comissão Executiva Binacional do Pólo Gás-

Químico Brasil – Bolívia, que será instalado na fronteira entre os dois países. O comitê avaliará questões como localização da planta e distribuição dos componentes das plantas de processo do pólo; estrutura jurídica; regimes fiscal e tributário; logística; preço do gás natural; e regimes de exportação, além de questões ambientais. Foram designadas comissões brasileiras e bolivianas que deverão apresentar um cronograma de dados e metas de trabalho em vinte dias. A implantação do pólo gás-químico entre Brasil e Bolívia compreende um projeto já incluído no planejamento estratégico da Petrobras, que projeta investimentos da ordem de US\$ 1,35 bilhão para sua concretização. Um dos benefícios obtidos com a consolidação do complexo é a transformação do gás natural em polietileno. Nesse sentido, a meta para o início do funcionamento do pólo é o ano de 2010, para o qual se estima possível excesso de demanda sobre a demanda de produção de polietileno no Brasil. Do lado boliviano, o grande benefício do projeto está em agregar maior valor ao gás natural do país.

3 TÓPICOS ESPECIAIS

Fluxos e criação de comércio entre Brasil e África do Sul, China, Índia e Rússia

Frederico Tomich*

As trocas comerciais entre Brasil e China, Índia, Rússia e África do Sul ainda representam pouco em relação ao total do comércio brasileiro com o restante do mundo. Considerando-se o grupo dos quatro países, sua participação como destino das exportações brasileiras foi de 4,75% na média dos anos de 1993 a 2002, atingindo valores de 6,38% (US\$ 3,68 bilhões)¹ em 2001 e de 8,12% (cerca de US\$ 4,92 bilhões) em 2002, quando as exportações totais atingiram US\$ 60,60 bilhões. Tomando-se a média dos primeiros três anos do período, a participação desses países foi de 4,23% no total das exportações brasileiras, enquanto nos últimos três anos tal participação atingiu a média de 6,06%, o que evidencia o crescimento da importância desses mercados para as exportações do Brasil.

Os crescimentos das participações desses países mostram o aumento da importância destes nas trocas comerciais do Brasil com o mundo, seja como destino das exportações, seja como origem das importações brasileiras.

Se considerado o conjunto do fluxo comercial do Brasil com esses quatro países, verifica-se uma concentração, ou maior importância relativa, das exportações em produtos básicos, enquanto as importações são, em geral, diversificadas e com forte presença de produtos de maior valor agregado.

Os dados dos fluxos de comércio entre o Brasil e os quatro países revelam evolução recente favorável para a balança comercial brasileira, com saldo positivo acumulado entre 1993 e 2002 da ordem de US\$ 5,52 bilhões, sendo que US\$ 3,26 bilhões ocorreram apenas nos dois últimos anos do período, quando houve expansão acentuada das exportações – principalmente para a China e a Rússia.

No entanto, tal crescimento das exportações tem ocorrido basicamente sobre os produtos de baixo valor agregado, como minério de ferro, açúcar, soja e seus derivados, e carnes.

Os quatro países em tela passaram por mudanças significativas na suas estruturas tarifárias, mas ainda há restrições ao comércio de produtos de grande importância para a pauta de exportações do Brasil. Como exemplo, podem ser citados os controles quantitativos para carne de frango e açúcar impostos pela Rússia por meio de quotas tarifárias – fato que abre caminho para negociações diretas entre o Brasil e cada um desses países, a fim de contornar as barreiras às exportações brasileiras.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

1. Todos os valores monetários estão expressos em dólares de dezembro de 2002, utilizando-se como deflator o Índice de Preços no Atacado dos Estados Unidos da América (IPA-EUA).

No presente trabalho são apresentados os resultados de simulações considerando-se a hipótese de criação de uma zona de livre comércio entre os quatro países e o Brasil para que todas as tarifas caíssem imediatamente para zero. Essas simulações têm como base o modelo de equilíbrio parcial apresentado em Laird e Yeats (1990).² Trata-se de um modelo estático que calcula os efeitos de primeira ordem de reduções tarifárias diferenciadas, que são a criação e o desvio de comércio. Neste texto, apresenta-se apenas a criação de comércio, decorrente da redução dos preços percebidos pelos importadores e do aumento dos preços percebidos pelos exportadores.³

Os valores das exportações brasileiras para os quatro países foram obtidos da base de dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice), da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), e referem-se às exportações para o período de 2000 a 2002. As tarifas *ad valorem* aplicadas pelos quatro países foram obtidas da base de dados sobre comércio da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), o Trade Analysis and Information System (Trains), e têm 1999 como ano-base para a África do Sul, 1998 para a China, e 1997 para a Índia e a Rússia.

O vetor tarifário usado no cálculo da criação de comércio é o de tarifa da Nação Mais Favorecida – *Most Favored Nation* (MFN). Os vetores tarifários contêm todas as linhas tarifárias com o máximo de dígitos informados pelos quatro países.

TABELA 1

Aumento das exportações brasileiras para o mercado da África do Sul, da China, da Índia e da Rússia (criação de comércio) resultante da desgravação completa das tarifas *ad valorem*, do valor das exportações de 2002 e da média do período 2000-2002

Exportações e criação de comércio em US\$ milhões de dezembro de 2002

	Exportações 2002	Exportações, média 2000 a 2002	Criação de comércio, base 2002	Criação de comércio, base média 2000 a 2002	Tarifa			Itens descritos a oito dígitos na NCM*
					Mínimo	Máximo	Média	
África do Sul	479,6	401,6	82,4	74,5	0,00	54,00	7,42	1.849
China	2.530,4	1.837,0	233,5	179,4	0,00	114,00	16,08	1.671
Índia	656,2	386,1	205,0	117,1	0,00	260,00	28,37	1.140
Rússia	1.257,4	925,7	122,8	70,5	0,00	30,00	12,66	523
Total	4.923,6	3.550,4	643,7	441,5				

Fonte: Valor das exportações, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic); criação de comércio, segundo estimativas deste trabalho.

Elaboração do autor.

Obs.: *Nomenclatura Comum do Mercosul.

Ainda que os resultados possam estar subestimando o potencial de criação de comércio para as exportações brasileiras, seria esperado crescimento da ordem de US\$ 643,7 milhões (tabela 1), tendo por base as exportações de 2002, o que implicaria criação de comércio de 13,1% para o conjunto dos quatro países. Individualmente, a Índia apresentaria o maior percentual de criação de comércio (31,24%), seguida pela África do Sul (17,19%), Rússia (9,77%) e China (9,23%). Considerando-se como base de cálculo a média dos anos de 2000 a 2002, o aumento estimado das expor-

2. LAIRD, S.; YEATS, A. *Quantitative methods for trade-barrier analysis*. New York: New York University, 1990.

3. A diferença entre esses dois preços é causada pela incidência das tarifas das barreiras não-tarifárias e dos gastos com transportes e seguros.

tações seria de 12,1%, o que equivale a US\$ 441,5 milhões. Ou seja, considerada a estrutura tarifária utilizada, o potencial de criação de comércio estaria próximo àquele estimado por De Negri, Arbache e Silva (2003)⁴ para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Segundo esses autores, “a formação da Alca e a eliminação completa das tarifas e das tarifas específicas representariam um aumento das exportações brasileiras de US\$ 699 milhões para o mercado dos Estados Unidos e de US\$ 53,7 milhões para o mercado do Canadá. Isso significaria um aumento de 4,34% e 5,04%, respectivamente, sobre o total médio exportado pelo Brasil no período 1998-2000 para os Estados Unidos e o Canadá”.

Comparados aos resultados encontrados por De Negri e Arbache (2003),⁵ os valores aqui obtidos mostram um potencial significativo de criação de comércio. Segundo eles, “a aceitação da oferta da União Européia representaria um aumento das exportações brasileiras de cerca de US\$ 368 milhões ao fim do prazo de desgravação. Isso representa um aumento das exportações anuais em torno de 2,46% quando se considera a média anual das exportações do período 1998-2000”.

Esses efeitos potenciais proporcionalmente mais acentuados, indicados pelas estimativas apresentadas, devem-se ao fato de que a estrutura tarifária dos países menos desenvolvidos apresenta, em geral, restrições tarifárias mais elevadas em relação ao que acontece nos países desenvolvidos.

Ainda que as exportações para os quatro países tenham apresentado crescimento elevado em produtos de pouco valor agregado, tal crescimento revela ser possível a intensificação dos fluxos de comércio com esses países, o que ocorreria de modo mais intenso e acelerado com a celebração de acordos de liberalização comercial.

É importante lembrar que os impactos sobre as importações brasileiras também deverão ser considerados, a fim de que seja possível avaliar o efeito potencial sobre o saldo da balança comercial brasileira, e não apenas sobre o aumento das exportações.

4. DE NEGRI, J.; ARBACHE, J. S.; SILVA, M. L. F. *A formação da Alca e seu impacto no potencial exportador brasileiro para os mercados dos Estados Unidos e do Canadá*. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 991).

5. DE NEGRI, J.; ARBACHE, J. S. *O Impacto de um acordo entre o Mercosul e a União Européia sobre o potencial exportador brasileiro para o mercado europeu*. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 990).

EDITORIAL

Coordenação

Silvânia de Araujo Carvalho

Supervisão

Iranilde Rego

Revisão

Gisela Viana Avancini Rojas

Sarah Ribeiro Pontes

Allisson Pereira Souza (estagiário)

Constança de Almeida Lazarin (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

Elidiane Bezerra Borges

Brasília

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,

10º andar – 70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 315-5336

Fax: (61) 315-5314

Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antônio Carlos, 51,

14º andar – 20020-010 – Rio de Janeiro – RJ

Fone: (21) 3804-8118

Fax: (21) 2220-5533

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

URL: <http://www.ipea.gov.br>

ISSN 1415-4765